

# V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO  
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



## 045 - MOVIMENTO COOPERATIVO: PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DE AGRICULTORES FAMILIARES

O rol das cooperativas na luta contra a pobreza, pelo  
comércio justo e pelo trabalho digno.

*Paulo Alfredo Schönardie*

*[pschonardie@gmail.com](mailto:pschonardie@gmail.com)*

*UNIJUÍ<sup>1</sup>*

*Walter Frantz<sup>2</sup>*

*[w.frantz@uol.com.br](mailto:w.frantz@uol.com.br)*

*UNIJUÍ*

### Resumo

O artigo discorre sobre a constituição e desenvolvimento do movimento cooperativo nas suas dimensões de associação e empresa, no contexto da agricultura familiar a partir do estudo de caso do município de Três de Maio, na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Busca as origens do cooperativismo no espaço físico delimitado nas suas diferentes fases, sejam elas: cooperativismo colonial, cooperativismo empresarial, e ressurgimento do cooperativismo. O movimento cooperativo é observado pelo contexto histórico e cultural com limiar nas necessidades socioeconômicas das famílias de agricultores envolvidos. O coletivo estabelecido aponta a viabilidade da agricultura familiar na prática organizacional em cooperativas como fator

---

<sup>1</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

<sup>2</sup> Professor Orientador

de inclusão social através de viabilização coletiva do comércio da produção dos agricultores associados às cooperativas. A metodologia está baseada em três pilares: na pesquisa bibliográfica, na produção de dados através de entrevistas com cooperativistas, e no cruzamento crítico da bibliografia e do empírico local.

**Palavras-chave:** Movimento cooperativo. Agricultura familiar.

## **Abstract**

This paper discusses the constitution and the development of the cooperative movement in its association and enterprise dimensions in small farmers contexts in the municipality Três de Maio in the northwestern region of the State Rio Grande do Sul in Brazil. It studies cooperative organizations in the physical space delimited in its different phases: settler cooperative organizations, cooperative enterprises, and renaissance of cooperative organizations. Cooperative movement is studied in its historic and cultural context stressing socioeconomic needs of these small farmer families. This social group established suggests the feasibility of the small farmers economy in the practice of cooperative organizations as an item that promotes social inclusion by organizing group merchandising of the associated small farmers production. Methodology is based on three items: bibliography research, data of interviewed cooperative organizations, and critical intersection of bibliography and local empiric phenomena.

**Key-words:** Cooperative movement. Small farmers

O movimento cooperativo e a categoria social da agricultura familiar têm sido relacionados num contexto de precípua reciprocidade. Essa proximidade foi e ainda está sendo constatada e construída numa relação orgânica, em que o movimento cooperativo pode servir e serve efetivamente de instrumento organizacional e econômico para o desenvolvimento da agricultura familiar e, esta, com seus protagonistas, os agricultores e agricultoras familiares, contribui na construção e consolidação do movimento cooperativo.

A cooperação e o cooperativismo desenvolveram-se ao longo de séculos, consolidando-se na sua fase moderna, a partir dos Probos Pioneiros de Rochdale (HOLYOAKE, 2005). Esse processo histórico, mesmo que tenha princípios e valores comuns em todo globo a ponto de ser denominado como movimento, se deu historicamente a partir de realidades de grupos singulares locais, organizados a partir de suas demandas específicas.

Entende-se o cooperativismo como um movimento concreto de busca de melhorias às comunidades envolvidas, com o desenvolvimento do mesmo surgindo a partir de idéias associativas que, aos poucos, se transformam em ações econômicas com cooperativados. Geralmente, quando se busca uma melhoria e se adere à união, ao coletivo, está na base da ação algum tipo de necessidade sentida e instigada por coletivos na sua dinâmica socioeconômica.

Um desses grupos sociais específicos é constituído pelos protagonistas da agricultura familiar. Nos últimos anos, este grupo vem ganhando destaque perante a sociedade. Sua organização, contudo, data de milênios. A evidência na atualidade está bastante ligada à precariedade de sua manutenção no atual contexto de globalização econômica. Evidencia, assim, uma estratégia de resistência à exclusão social. Como categoria social, o conceito de agricultura familiar ainda está em construção, portanto, é polêmico. Torna-se necessária, dessa maneira, a apresentação dos grupos sociais subjacentes sob tal nomenclatura.

Para os agricultores familiares da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, o movimento cooperativo tem servido como instrumento de organização social e econômica, participando do processo de constituição da própria categoria local de agricultor familiar, numa conjuntura de tempo histórico, ou seja, desde a ocupação da região. A cooperação e sua materialização, a cooperativa, passam a ser instrumentos de inclusão dos agricultores aí estabelecidos.

Para procurar entender a relação entre o movimento cooperativo e a agricultura familiar enunciados, o ponto de partida é o estudo de uma comunidade, representada pelo município de Três de Maio, geograficamente situado na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Em seu contexto histórico e cultural são observadas três fases distintas do movimento cooperativo, quais sejam, o cooperativismo colonial, o empresarial e o ressurgimento cooperativo, que por vezes se confundem com a história local, mas sempre instigados por alguma necessidade.

No texto que segue, evidencia-se a história do grupo específico na região em destaque e sua relação recíproca com o movimento cooperativo nas dimensões de associação e empresa, com base na categoria da necessidade, conceituando a agricultura familiar protagonista dos acontecimentos.

## NA HISTÓRIA DE TRÊS DE MAIO E REGIÃO: COOPERAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

No final do século 19 e início do século 20 o inchamento populacional das “Colônias Velhas”<sup>3</sup> provocou migrações para regiões ainda despovoadas.

---

<sup>3</sup> Pela expressão *Colônias Velhas* entende-se a região geográfica em que se iniciou a colonização de povoamento no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, compreendida pelos municípios de São Leopoldo e Caxias do Sul, com suas respectivas adjacências.

O foco da nova colonização foi o prolongamento de mata atlântica às margens do rio Uruguai, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, única região que ainda apresentava terras não incorporadas ao sistema de produção vigente. Mais ou menos ao centro desta região, um dos focos colonizadores, a partir de 1915, foi a Colônia Buricá, posteriormente denominada Santa Rosa-Buricá e, por fim, Três de Maio. Estavam postas condições precárias para o desenvolvimento da vida humana, condições exprimidas por necessidades, com os colonizadores tendo como instrumento básico de sobrevivência apenas o seu trabalho, desassistidos de qualquer assistência estatal. Os colonos, nessa nova colonização, *“provindos, na sua grande maioria, das denominadas ‘Colônias Velhas’, transplantaram costumes e elementos culturais que fundamentaram um modelo econômico similar na nova área colonizada”* (SCHALLENBERGER; HARTMANN, 1981, p. 121).

A conjuntura ambientalmente adversa fez com que, em toda a região, os colonos, ao se embrenharem na mata, rumo ao seu lote, tivessem trabalho árduo. Essa conjuntura é relatada em entrevistas<sup>4</sup> realizadas no ano de 2004, com alguns dos primeiros colonizadores. Diziam eles: *“Eram lascadas tábuas, colocadas umas contra as outras e esta era a moradia no meio do mato. A construção simples era num lado a cama, no outro o milho e no meio o fogo de chão para preparar os alimentos, com as panelas penduradas sobre o fogo”*. Outro entrevistado relata que *“Os trabalhos diários consistiam em trabalhar com machado, foice e enxada. Primeiro derrubavam o mato para fazer a casa, e depois assim por diante, roçava um pedaço, queimava, limpava e plantava o milho”*. O trabalho era manual e, no máximo, empregavam o auxílio de animais de tração. Era praticada uma agricultura de subsistência, em que *“as sementes eram produzidas pelos próprios agricultores ou trocadas com os vizinhos, em sua orientação valia a experiência empírica dos colonos”* (BRUM, 1983, p. 111).

As dificuldades e necessidades provocadas por essa conjuntura, fizeram com que as pessoas recorressem ao coletivo do seu grupo para a sobrevivência e para o desenvolvimento da região. Os problemas materiais eram resolvidos pela prática coletiva, pela organização de mutirões de trabalho, em que a participação da comunidade era decisiva e acontecia prontamente, de forma espontânea, sem formalidades, por meio de relações de confiança. Igrejas, clubes, estradas, casas, galpões, escolas, eram frutos da prática do trabalho coletivo, do trabalho resultante da cooperação entre os protagonistas locais. Para tal, além da doação do trabalho, as ferramentas e os materiais de construção necessários para os empreendimentos eram doados pelos membros da comunidade.

A colaboração entre os vizinhos era marcante. Quando um tinha algo, repartia com o outro. Essa colaboração que era uma constante entre os colonizadores locais, configura a tradição cultural do grupo. Nas antigas “Colônias Velhas” já era uma prática. Assim, na nova colonização, além de novamente ter em sua base a necessidade de sobrevivência, a colaboração

---

<sup>4</sup> Essas entrevistas foram realizadas para elaboração de monografia de conclusão de curso de Graduação em História por este pesquisador.

entre os protagonistas também refletia preservação da carga cultural de seus antepassados. De outra parte, pode-se afirmar, que, mesmo assim, se construiu uma cultura local, mas regida por, e recheada de ações no coletivo. Para Schallenberger e Hartmann (1981, p. 61):

O trabalho coletivo tinha um grande sentido e uma marcante função social. Constituíam-se numa ocasião de encontro social, onde eram colocadas em comum as experiências do dia a dia, lembradas as tradições. Enfim, era uma verdadeira libertação do indivíduo no grupo.

Essa resolução dos problemas sociais em colaboração denotava uma verdadeira festa no convívio grupal. O trabalho de uma colheita, época em que a ação coletiva era bastante manifesta, deixava de ter o sinônimo de trabalho árduo, pois em forma de mutirão, o diálogo corria solto e logo a tarefa estava concluída.

Constituíam ainda importantes práticas coletivas: os auxílios aos novos moradores das localidades, que inicialmente se hospedavam nas casas das famílias já estabelecidas, enquanto suas casas eram construídas; as construções de novas casas; o desmatamento; o beneficiamento da madeira; a abertura de novas roças; o abate de suínos e bovinos, que, aliás, quando um morador abatia um animal, todos os vizinhos eram abastecidos de carne, isso num sistema de trocas informais, em que a palavra garantida pelo “fio do bigode<sup>5</sup>” valia mais do que qualquer outra coisa. A vida estava voltada para a comunidade; a ação prática era o campo educativo desta. Para Schallenberger e Hartmann (1981, p. 135-136):

Numa comunidade que se exercita na promoção de relações de colaboração recíproca, a educação alimenta-se do clima geral e reproduz as relações sociais fundamentais. Neste ambiente, por certo, os primeiros e mais fundamentais educadores do homem são aqueles que lhe estão mais próximos, cujas experiências melhor se podem intercambiar, cujas ações podem ser mais solidárias.

A cooperação, desde a chegada dos primeiros colonizadores até os dias atuais, sempre foi uma constante. As cooperativas formais não tardaram a ser criadas, num impulso para possibilitar o melhor fluxo da produção. Inúmeras foram as cooperativas criadas em Três de Maio. Estas pode-se classificar em três fases, sobretudo pelas características de sua apresentação. A primeira fase, denominamos, de Cooperativas Coloniais; a segunda de Cooperativas Empresariais; e a terceira, de Ressurgimento Cooperativo com a diversificação das modalidades de atuação das cooperativas.

---

<sup>5</sup> A expressão *fio do bigode* é comumente usada entre os colonizadores locais para evidenciar a confiança e a execução dos compromissos assumidos verbalmente, numa alusão a compromissos assumidos por meio de documentos escritos.

Na conjuntura da colonização, na maneira como esta se estabeleceu, sobretudo no tamanho dos lotes das terras, os quais possuíam 25 hectares e no posterior desenvolvimento das instituições cooperativas concretizadas pelos agricultores, foi sendo forjada organicamente a categoria social de agricultor familiar.

O conceito de agricultura familiar ainda está em construção. É, assim, móvel, ainda inconsistente, e por vezes incoerente. É muito difícil delinear um marco teórico em apenas alguns parágrafos, aqui limitados pelo tamanho determinado por esta publicação.

Com certeza, há raízes comuns entre as diversas formas de agricultura praticada pelos membros de uma família, como modo de sobrevivência e produção, espalhados pela terra. Diversas nomeações diferentes são usadas, tais como: campesinato, pequena produção de subsistência, economia de subsistência e agricultura de subsistência. Estes conceitos também são confusos entre si, ainda não determinados em absoluto e não será aqui o lugar de esclarecê-los por completo; apenas apontaremos alguns entrecruzamentos dos mesmos, pois os significados de um ajudam a determinar o conceito de outro.

Sevilla Guzmán e González de Molina (2005) em *Sobre a evolução do conceito de campesinato*, procuram apontar algumas das origens históricas do mesmo. A partir de sua abordagem, pode-se chegar à conclusão de que o conceito campesinato, de certo modo, engloba em seu significado um leque amplo de organizações diferentes de pequenos agricultores, apontando entre eles os agricultores familiares. Esse estudo evidencia para a América Latina um protagonismo de um campesinato com tendências e práticas agroecológicas.

A obra de Alexander Chayanov, com foco na agronomia social e ainda pouco difundida, nos parece ser central para determinar o agricultor familiar.

Para Chayanov, a economia familiar não é simplesmente a sobrevivência dos débeis por meio de seu empobrecimento, que serve a benefícios muito superiores (superbenéficos) em outros lugares, mas também a utilização de algumas das características da agricultura e da vida social rural que, em ocasiões, podem proporcionar vantagens à economias não capitalistas sobre as formas de produção capitalistas num mundo capitalista. (SHANIN, apud SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ de MOLINA, 2005, p. 67).

Nesta perspectiva, percebe-se que o agricultor familiar é mais do que somente um produtor de subsistência, o que, aliás, ele faz com qualidade ecologicamente correta, mas também, produz para o mercado, ou seja, comercializa seus excedentes.

Em termos amplos, o agricultor familiar “*é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (...) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente da família*” (FAO/INCRA, 1996). A

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag –, acrescenta limite de quatro módulos fiscais por propriedade familiar, o que representa em torno de oitenta hectares de terra. Nesse sentido torna-se necessário que tanto a gestão, quanto a propriedade e o trabalho aplicado na propriedade sejam provenientes da própria família rural.

Conforme a Contag (1999, p. 11),

A agricultura familiar só se viabiliza a partir de uma economia solidária, combinada ao uso de novas tecnologias e diversificação dos meios tradicionais de produção. As formas coletivas de produção e comercialização se apresentam como uma alternativa concreta, através da prática da cooperação, associativismo e parceria.

Pela explanação até aqui, fica evidente que o acesso a terra é fator central para a existência da agricultura familiar. Esse acesso pode dar-se por propriedade ou por arrendamento, entretanto, para estar nessa categoria há um limite máximo, determinado, sobretudo, pela quantidade de mão-de-obra que a família de agricultores possui. A terra e os seus recursos passam a ser base para a produção, tanto a de subsistência quanto para o mercado.

Conforme já anunciado, o foco geográfico básico desta reflexão é a Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A formação da agricultura familiar nesta região esteve associada ao processo de colonização, o qual é possível denominar, mesmo havendo divergências, de reforma agrária, em que, os colonizadores receberam pequenos lotes (ROCHE, 1969), que inicialmente serviram para subsistência.

A economia de subsistência, desde os primórdios da colonização, constituiu-se como atividade de resistência que viabilizou a sobrevivência de muitos, incorporando, ainda que de forma precária, os mestiços, filhos de europeus com índios e com negros (PALUDO, 2001, p. 30).

A partir do contexto de colonização, outras peculiaridades foram organicamente agregadas ao sistema de produção familiar dessa Região, em que destaque é dado as suas formas de organização no coletivo, mais especificamente pela inserção do movimento cooperativo em contexto histórico, o que já é apontado por Chayanov (apud SEVILLA GÚZMAN; GONZÁLEZ de MOLINA, 2005) como constituinte básico desse tipo de organização social e é estudado mais detalhadamente por Schönardie (2008).

**NAS NECESSIDADES DO CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL: DA ASSOCIAÇÃO PARA A EMPRESA**

O movimento cooperativo e a agricultura familiar são, também, os constituintes dos sujeitos que os protagonizam. Rego (2004, p. 48-49) afirma que o homem é construído e reconstruído por um processo de interação com o seu meio físico e social, o que é uma forma de apropriação da cultura elaborada pelas gerações precedentes, ou seja, a experiência de toda a humanidade por milênios acumulada. Esse é um processo que ocorre pelas mediações sociais, ou seja, as interações dos sujeitos com seus semelhantes e com seu meio. Estas interações, em comunidades específicas, onde nasçam e cresçam as gerações, podem estar carregadas de elementos produzidos e significados pelo movimento cooperativo, agindo sobre as mesmas, como é o caso da região e do município em análise.

Assim, podemos construir a idéia de que os seres humanos constituem-se como “seres” que são, a partir do contexto social em que vivem. Eles, já nos primeiros dias após seu nascimento, reagem ao meio que os circunda (VIGOTSKI, 2000). O ser humano age sobre o meio, ao mesmo tempo em que o meio age sobre o ser humano.

Esse processo de constituição humana no meio social se dá e é conhecido por processo histórico-cultural. Dessa forma, está presente na inserção social das novas gerações o acúmulo da história social dos protagonistas envolvidos, que, por sua vez, se traduz na cultura do grupo envolvido e, conseqüentemente, a representatividade dos elementos específicos, constituintes de tal cultura. Michael Cole e Sylvia Scribner (1998, p. 10) entendem que “o mecanismo de mudança individual ao longo do desenvolvimento tem sua raiz na sociedade e na cultura”, o que atribuem à melhor tradição de Marx e Engels.

No contexto empírico em análise, a carga histórica é representada pelas experiências de cooperação e de pequena agricultura com que os colonizadores chegaram à nova colônia, nas primeiras décadas do século 20, construindo uma cultura a partir desses elementos, que com sua presença, aliados à natureza física local fizeram com que constituíssem a categoria local de agricultor familiar com base em ações de cooperação.

A opção pela cooperação na realidade histórico-cultural local, entretantes, se deu a partir, também, das dificuldades que encontraram para edificar e reproduzir seu grupo social. Essas dificuldades podem ser expressas pelo termo necessidades.

Os humanos sentem necessidade de intercâmbio entre si, o que é uma atividade social, uma atividade que é praticada no coletivo, tendo, portanto, a cooperação entre semelhantes na sua base. Helmuth Faust (1977, p. 17) expõe que, desde que os homens habitam a humanidade, sempre que puderam, organizaram-se coletivamente, juntaram forças para sua satisfação, ou seja, para satisfazer suas necessidades. Na origem da história do cooperativismo “*estão as dificuldades, as necessidades e os interesses das pessoas*” (FRANTZ, 2006, p. 60). Para Boufleuer, é no cotidiano que os seres humanos agem tanto de forma espontânea como também motivados pela necessidade. Para ele, “*agimos comunicativamente por uma questão de*

*necessidade, porque sem isso não seria possível a cooperação, a educação, o trabalho coletivo etc.”* (BOUFLEUER, 2001, p. 42). Para Araújo (1982, p. 85),

A cooperação se dá devido a uma certa compulsão entre os homens, nascida em termos primários das necessidades a serem satisfeitas. Estas manifestações de auxílio mútuo surgem, geralmente, em períodos sociais mais adversos à satisfação das necessidades coletivas. Teoricamente, esta é a explicação para o aparecimento de associações cooperativistas onde e quando obstáculos colocam-se para um grupo de indivíduos.

A cooperação e o cooperativismo surgem, assim, como um processo de melhor organização da vida material, do trabalho que os humanos desenvolvem. Relacionar a necessidade ao trabalho, dentro da perspectiva histórico-cultural, significa estar na perspectiva materialista-dialética. *“De acordo com essa abordagem, o pressuposto primeiro de toda a história humana é a existência de indivíduos concretos, que na luta pela sobrevivência organizam-se em torno do trabalho estabelecendo relações entre si e com a natureza”* (REGO, 2004, p. 96). Assim, a necessidade surge como um processo de prática consciente em que o ser humano interage com e sobre a natureza e a sociedade. O ser humano é

[...] um ser social e histórico e é a satisfação de suas necessidades que o leva a trabalhar e transformar a natureza, estabelecer relações com seus semelhantes, produzir conhecimentos, construir a sociedade e fazer a história. É entendido assim como um ser em permanente construção, que vai se construindo no espaço social e no tempo histórico (REGO, 2004, p. 96-97).

A comunidade colocada em análise alicerçou-se em diversos momentos de sua história na organização, em forma de instituições cooperativas concretas para resolver muitos de seus problemas. As ações cotidianas dos protagonistas locais, baseadas na soma dos esforços das pessoas na base da cooperação – da associação –, passam para uma ação mais agressiva no mercado, com sua instrumentalização, através da base da associação, na constituição de uma empresa. Na soma dessas duas dimensões temos a cooperativa. A cooperação passa a ter o sentido de

uma reação, a partir das pessoas, em âmbito local, mas essas podem se associar e somar, através de estruturas de ação, de intervenção. A *associação* e a *soma* são duas faces distintas do processo cooperativo. A associação é um processo cultural e político. A soma se expressa pela organização dos associados, constituindo estes seus instrumentos de atuação, isto é, sua empresa (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2006a, p. 9).

Escreve o professor Walter Frantz (2003, p. 22) que na “*associação-cooperativa está a vontade política e na empresa-cooperativa está o poder da ação instrumental dessa vontade*”. No espaço da associação cooperativa estão, sobretudo as pessoas, e tudo o que gira em torno de suas necessidades e da cooperação, enquanto que na empresa cooperativa está o espaço da instrumentalização e da estrutura cooperativa, que é usada para levar a cabo o atendimento às necessidades dos associados.

Na prática, em Três de Maio, desde a efervescência do contexto de cooperação na empreitada colonial, até os dias atuais, seguiram-se três fases concretas e distintas de criação e desenvolvimento de instituições cooperativas: as coloniais, as empresariais e o ressurgimento do cooperativismo.

## AS FASES DO MOVIMENTO COOPERATIVO NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A primeira leva de cooperativas, as Cooperativas Coloniais, foram organizadas, em Três de Maio a partir da década de 30 do século 20. Pode-se classificá-las dentro do ideário “*da retomada da atividade associativa nos anos vinte*” (RAMBO, 1988, p. 259), estendendo-se por várias décadas. Denotavam uma espécie de prolongamento da organização comunitária. Canalizavam a cooperação das pessoas a uma instituição formal, que visava, basicamente, a organização para o escoamento da produção que vinha crescendo na incipiente colônia. A experiência da cooperação dava os primeiros passos para a viabilização da economia dos cooperantes. Essas cooperativas, em sua maioria, eram uma espécie de comércio amplo. Várias das pessoas entrevistadas<sup>6</sup>, exclamaram: “*a cooperativa era a casa do agricultor*”. Escoavam a produção de milho, soja, fumo e sobretudo os suínos para centros maiores, mas, também, possuíam a sua casa comercial, a qual era uma espécie de bazar bastante variado, o chamado armazém, o qual abastecia as famílias associadas de tudo o que precisavam para viver. Isso já ficou bastante claro nas duas primeiras entrevistas realizadas: “*Compravam tudo ali, [...] era desde sal, açúcar, arroz, tudo que precisavam em casa: roupa, calçado, tudo se abasteciam na cooperativa*” (ENTREVISTADO 1, 2006). “[...] *lá dentro daquele bolicho tinha de tudo, mulher podia ir lá, como se diz, ir desvestida e sair vestida, tinha de tudo, calçado, roupa, roupa feita*” (ENTREVISTADO 2, 2006).

Nas Cooperativas Coloniais, as relações de confiança eram a base da organização. A maioria das comunidades do município possuía a sua Cooperativa Colonial. Eram cooperativas pequenas, com, no máximo, pouco mais de 100 associados. Eram, assim, cooperativas em que o “olho do associado” podia acompanhar todas as operações. Dessa maneira, os

---

<sup>6</sup> Entrevistas realizadas nos anos de 2006 e 2007 durante pesquisa dissertativa desenvolvida por este pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – Mestrado da Unijuí.

associados tinham a possibilidade de manter o controle do que acontecia. Os laços comunitários de proximidade é que as regravam.

Nas pesquisas empíricas as cooperativas coloniais identificadas foram: Cooperativa de Produtos Suínos de Buricá; Sociedade Cooperativa Três de Maio; Cooperativa de Fumo de Barrinha/Flor de Maio; Cooperativa dos Agricultores do Km 13; Cooperativa Mista Monsenhor Testani; Cooperativa Agrícola Mista São Caetano Ltda; Cooperativa Mista de Esquina Consolata; Cooperativa Agrícola Mista Caneleira. É possível, entretanto, que no tempo histórico, tenham sido perdidos registros de outras cooperativas, que podem, contudo, ainda ser localizadas.

Afora a experiência cooperativa industrial da primeira dessas, o período das cooperativas coloniais foi marcado pelas cooperativas agrícolas mistas. A principal função delas estava no escoamento da produção suína de seus associados agricultores familiares para os centros consumidores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Compravam, entretanto, em sua maioria todos os produtos que os agricultores produziam, entre os quais feijão, arroz, milho e trigo; esses dois últimos eram transformados em farinha nos próprios moinhos que as cooperativas possuíam, e a farinha era novamente repassada como gênero alimentício aos produtores dos cereais. Também compravam a crescente produção de soja.

As cooperativas coloniais, em análise, estiveram presentes como instituições concretas desde 1938 até a década de 70. Representaram, para os seus protagonistas, uma possibilidade concreta de viabilização de suas economias familiares na comunidade, juntamente com os seus coetâneos. Tiveram duração média entre 15 e 20 anos. Foram suplantadas, em sua maioria, pelo premeir da troca da matriz produtiva, entretanto algumas não resistiram à maneira da condução administrativa a que foram expostas. Deixaram, no entanto, sem dúvida, a sua marca no contexto histórico da cultura local.

Ainda no período áureo das cooperativas coloniais, foi criada uma associação, denominada Associação Rural. Essa teve um papel central na transição das cooperativas coloniais para o período de domínio das cooperativas empresariais. Surgiu na década de 60 do século 20, por meio da cooperação de alguns poucos agricultores de diversas localidades do município. Surgiu como uma loja de venda de agrotóxicos e medicamentos veterinários. Na segunda metade da década de 60 estava em curso a mudança da matriz produtiva regional, saindo da produção suína para o binômio trigo/soja<sup>7</sup>. A paisagem agrícola estava sendo transformada em massa; os pequenos roçados de milho e as florestas nativas, num esforço vertiginoso, eram substituídos pela monocultura extensiva do trigo e da soja. Vieram junto as pragas, e a solução do momento era a aplicação de venenos para o seu

---

<sup>7</sup> O *binômio trigo/soja* significa o plantio sucessivo das culturas do trigo e da soja em uma mesma área. As condições vegetativas dessas plantas e as condições climáticas da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, permitem que em um mesmo ano as duas culturas possam ser plantadas na mesma área. O trigo tem seu ciclo nos meses mais frios e a soja nos meses mais quentes.

controle. Como não havia quem os comerciasse, os agricultores criaram a Associação Rural para fazê-lo. Os associados possuíam cotas na mesma, como se fosse uma cooperativa. A Associação Rural, em fins da década de 60, veio a ser o berço da maior das cooperativas da fase seguinte.

O fervilhar da conjuntura na década de 60 produziu um conjunto de mudanças no meio social e natural de Três de Maio. Fatores como o rápido aumento populacional na agora já consolidada colônia e, em conseqüência, a necessidade de aumento da produção, a especialização agrícola com a inserção do agricultor familiar no setor agro-exportador capitalista<sup>8</sup>, bem como, e intensamente a instituição da denominada “Revolução Verde<sup>9</sup>”, foram impulsionadores da integração da região ao ideário e à prática em direção aos rumos da nova matriz produtiva emergente no país.

A outrora pujante atividade suinícola, que era a principal detentora do protagonismo da organização material das cooperativas coloniais, estava sendo sepultada, aos poucos, sobretudo na segunda metade da década de 60. A essas cooperativas restavam poucas opções, pois a sua reduzida área de atuação, além do pequeno número de sócios e, conseqüentemente, pequena capitalização, não permitia a elas investirem na infra-estrutura necessária para fazer frente às necessidades de armazenagem geradas pela conversão da matriz produtiva local, ou seja, seu deslocamento do eixo da suinocultura para a monocultura do binômio trigo/soja.

O processo de incentivo e a própria evolução da triticultura já estavam em curso desde a década de 50 do século 20. O ordenamento da política agrícola nacional, aos poucos, aumentava o estímulo à produção cerealista, sobretudo em relação ao trigo. “Assim, no ano de 1957, foi criada a Comissão de Organização da Triticultura Nacional (Cotrin) que tinha como um de seus objetivos centrais o fomento à organização cooperativa” (BENNETTI, 1982, p. 41). Segundo observação da mesma autora, a história do cooperativismo empresarial não seria a mesma sem os incentivos governamentais (p. 165).

O problema colocado aos agricultores estava centrado na falta de um adequado sistema de armazenamento e comercialização, bem como a conseqüente necessidade de energia para viabilizar a otimização do funcionamento do novo sistema. A solução encontrada outra vez passou pela via da cooperativa. Schallenberger e Hartmann (1981, p. 126) argumentam que a “*evolução da triticultura, a partir do final da década de cinqüenta, fez surgir um novo sistema de armazenamento e comercialização, responsável pelo enraizamento definitivo do cooperativismo na região*”. A política nacional do

---

<sup>8</sup> A inserção das propriedades agrícolas familiares na perspectiva capitalista fomentou as relações de competição entre os agricultores, afetando a representação simbólica dos sujeitos sociais locais, provocando o início do processo de produção dos chamados “sobrantes do campo”, iniciando êxodos (rural, social e migratório).

<sup>9</sup> A denominada *Revolução Verde* ocorreu no período em que se deu a mudança da matriz produtiva da suinocultura para o binômio trigo/soja. Tinha essa denominação pois fazia verdejar os campos uniformemente no desenvolvimento da sucessão de culturas, o que era uma de suas características. Também era caracterizada pela primazia da química com seus venenos e adubos (denominados insumos externos à propriedade agrícola), pelas sementes fiscalizadas, pelo melhoramento genético, e pela mecanização dos campos.

trigo era, portanto, ao mesmo tempo, um entrave para as pequenas cooperativas então existentes, mas também a alavanca para a consolidação do sistema cooperativo, aproveitando a prática da cooperação a que os seus protagonistas estavam acostumados, para a instituição de um novo modelo de cooperativas.

As novas necessidades dos habitantes locais e o incentivo governamental, inauguravam a segunda fase das cooperativas em Três de Maio, ou seja, a fase denominada de Cooperativas Empresariais.

Um marco para o cooperativismo empresarial, sem dúvida, foi o congresso protagonizado pelos tricultores nacionais, na vizinha cidade de Santo Ângelo, em 1957, os quais, procurando saídas para suas demandas, observaram que uma grande possibilidade estava na estruturação de cooperativas tritícolas. A partir daí as fundações de cooperativas nesse ramo intensificaram-se. Isso foi possível com o apoio das agências financiadoras governamentais, sanando a crescente demanda por armazenagem.

No mesmo ano, a então criada Cotrin, passou a construir armazéns, os quais foram financiados às cooperativas com juros abaixo da inflação. Também, as cooperativas, construíram armazéns com dinheiro fornecido pelas agências financiadoras, com juros abaixo da inflação. Por outro lado, as cooperativas receberam a concessão do monopólio da comercialização do trigo. Tudo isso possibilitou o crescimento das cooperativas tritícolas para estruturas empresariais (BENNETTI, 1982).

A partir daí as cooperativas tornaram-se sinônimos de grandes estruturas físicas, geralmente as mais imponentes nos locais de atuação. Uma cooperativa passou a ter suas filiais em um grande número de comunidades e municípios. Os associados deixaram de ser apenas aqueles da comunidade local onde a cooperativa possuía a sua sede, e foram congregados aos milhares em uma mesma cooperativa, tornando-se complexa a estrutura funcional e, sobretudo, a participação dos associados singulares, tendo esses dificuldades em “lançar seu olhar” sobre o controle de suas criações. Segundo Andrioli (2001, p. 95):

Os agricultores aceitavam rapidamente o novo modelo e, animados com o discurso da “agricultura moderna”, passaram a se associar às grandes cooperativas, que eram vistas como instrumentos de apoio à melhoria da vida na área rural, junto com os sindicatos, e abandonaram as pequenas cooperativas coloniais.

Esse período é mais conhecido como fase do cooperativismo tritícola. Concordamos, somente, quando a referência é exclusiva às cooperativas de produção agrícola, mas o novo modelo cooperativo foi além do setor de produção agrícola. Dessa maneira a nomenclatura mais correta, para estes pesquisadores, é cooperativismo empresarial, pois as grandes estruturas foram organizadas para a atuação empresarial em favor de seus associados, numa

forma de ganho em escala. Para além do setor agrícola o modelo foi instituído, na mesma época, ao setor elétrico, sobretudo no que tange à eletrificação rural. No espaço em análise não foi diferente.

A Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda – Cotrimaio –, é o que se pode chamar de mais característica instituição surgida nessa fase. A história oficial conta que a Cotrimaio *“nasceu de um sonho de 25 agricultores naquele já distante dia 2 de fevereiro de 1968”* (COOPERJORNAL, 2007, p. 2). Depois da fundação, durante um ano, foi buscado o apoio tanto da comunidade local como de suas instituições, além da busca de recursos e da ampliação do número de associados e, em primeiro de fevereiro de 1969, iniciou suas atividades efetivas.

Aqueles 25 pioneiros rapidamente multiplicaram-se. Hoje, em toda a sua área de atuação, possui mais de 13.500 associados, dos quais a quase totalidade é de agricultores familiares. Isto significa 13.500 famílias e seu meio social diretamente envolvidas com a prática da cooperação. Sua área de abrangência e atuação atual está em 3 regiões distintas do Estado do Rio Grande do Sul: Três de Maio, Cruz Alta e Palmeira das Missões. Seus números econômicos impressionam; seu faturamento bruto em 2007 foi de R\$ 623.000.000,00 (COOPERJORNAL, 2008, p. 7).

A atuação dessa cooperativa e, conseqüentemente, a presença do cooperativismo, vai desde a tradicional ação cunhada pelas cooperativas coloniais, ou seja, compra os produtos dos seus associados, mas com a vantagem de possuir uma grande estrutura de armazenagem e vende aos associados e à população em geral todos os víveres que precisam. O antigo armazém das cooperativas coloniais foi ampliado e desmembrado em grandes supermercados e lojas de produtos agropecuários. Também possui uma rede de distribuição e de postos de combustíveis. Observa-se que *“A cooperativa, que antes era de origem local e de caráter comunitário, começou a ser encarada como um grande comércio”* (ANDRIOLI, 2001, p. 99).

Na área urbana do município de Três de Maio, a iluminação, mesmo que ainda precária, já era realidade em 1922. No meio rural, entretanto, a energia elétrica tardou a chegar. Para sanar essa demanda dos homens e mulheres do campo, mais uma vez o sistema cooperativo foi acionado. Assim, em 1969 foi criada a Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural Entre Rios Ltda – Certhil.

As atividades estruturais da cooperativa, também, rapidamente foram conduzidas a uma estrutura empresarial altamente especializada pela sua necessidade técnica, além de, nesses anos, ter sido posto em prática o projeto de produção de energia própria, com a construção de hidrelétricas, das quais uma já está em funcionamento, sendo a primeira hidrelétrica construída por uma cooperativa no Brasil. Pelo tipo de atividade, praticamente a totalidade das famílias de agricultores é associada a cooperativa.

A partir da década de 80 do século 20, novas necessidades fomentaram uma nova fase cooperativa, a qual denominamos de Ressurgimento Cooperativo com a diversificação nas áreas de atuação. Ressurgimento, pois os protagonistas locais começaram a perceber que o ideário cooperativo que já

conheciam e que tão bem estava funcionando com as suas cooperativas empresariais, poderia servir para preencher outras necessidades. As próprias cooperativas empresariais sentiram que, fomentando a criação de novas cooperativas, poderiam obter vantagens no sentido da cooperação entre irmãos. A partir daí houve novamente a criação de várias outras cooperativas e, desta vez, com sua área de atuação bastante diversificada, ou seja, em vários ramos.

Apenas nessa fase mais recente do cooperativismo em Três de Maio é que se insere o cooperativismo de crédito. Geralmente nas “Novas Colônias<sup>10</sup>” o cooperativismo de crédito era o primeiro a se manifestar, agregando os colonos ao redor de sua casa de crédito. Somente em agosto de 1981 foi criada a Cooperativa de Crédito Rural de Três de Maio Ltda. – Credimaio. A iniciativa partiu da cooperativa empresarial agrícola que havia no município, e os dirigentes da Cotrimaio eram também os dirigentes dessa nova cooperativa, e aquela era mantida em seu início pela movimentação financeira efetivada por esta.

Na fundação da Credimaio, o sistema adotado foi o *Raiffeisen*, iniciando-se com uma caixa rural, a qual admitia somente associados que pudessem comprovar renda agrícola. Poucos anos após a sua criação, passou a integrar o Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi –, atuando como banco, o que é um indicativo de que as suas características já transformaram essa iniciativa numa cooperativa empresarial, não possuindo mais características do sistema *Raiffeisen*. O salto definitivo veio ao ampliar a sua atuação também para o meio urbano. Dessa maneira, na atualidade é a cooperativa que mais cresce em número de associados, ou seja, as pessoas, teoricamente na base da cooperação, estão ampliando a sustentabilidade dessa cooperativa. Possui mais de 8.000<sup>11</sup> sócios, somente na área geográfica que compreende a delimitação em estudo.

Em meados da década de 90 a área da comunicação social também edificou cooperativa numa clara alusão a uma maior democratização desse setor. Um grupo de lideranças e entidades, dentre as quais sindicatos e cooperativas, descontentes com a maneira pela qual era conduzida, sobretudo a imprensa escrita da região (ENTREVISTADO 7, 2007; ENTREVISTADO 13, 2007), criaram a Cooperativa Mista de Consumo e Produção Cultural Ltda. – Coopercultura –, a qual tem como seu produto principal um jornal, denominado de Cooperjornal, conhecido simplesmente como *Cooper*, com circulação semanal e tiragem superior a 4.000 exemplares (ENTREVISTADO 13, 2007).

O ramo do cooperativismo do trabalho também encontrou terreno fértil na atual fase cooperativa. Tanto serviços altamente especializados, quanto os trabalhadores considerados excluídos, organizaram-se pela via cooperativa

---

<sup>10</sup> Entende-se por *Novas Colônias* a última região do Estado do Rio Grande do Sul colonizada, ou seja, a região de prolongamento de mata atlântica, que se estende desde Erechim até São Luiz Gonzaga, do lado brasileiro do rio Uruguai, e com cerca de 100 quilômetros de largura.

<sup>11</sup> Segundo informação obtida com a gerência de uma das agências do Sicredi de Três de Maio, neste município esta cooperativa possui 42% da população economicamente ativa como associada.

para sanar algumas necessidades postas a sua sobrevivência. Foi criada a Unitec – Cooperativa de Técnicos do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, incluindo profissionais das Ciências Agrárias, da Química, da Biologia, da Informática, da Contabilidade, da Eletrônica, da Administração, da Psicologia e do Artesanato, prestando serviços para outras entidades para além das cooperativas, como bancos, instituições de ensino e produtores individuais, prefeituras, Senar, Sebrae, SESCOOP, entre outras (REVISTA DO COOPERATIVISMO, 2007, p. 08), atuando não somente na área de abrangência original, mas também nos três Estados do Sul do país.

O debate dos profissionais da Medicina, instigados pela vontade da Cotrimaio de fornecer um plano de saúde cooperativo aos seus funcionários, levou também estes a criarem a sua cooperativa, hoje ligada ao sistema cooperativo Unimed.

Por outro lado, cooperativas foram organizadas entre aqueles trabalhadores marginalizados, ou seja, aqueles que, eventualmente, obtinham apenas algum serviço de diarista para a manutenção de suas famílias. Ambas foram denominadas Cootrabalho. Dentre as vantagens, pode-se destacar o aumento do trabalho para esse grupo, o que, de uma forma tácita, demonstra certo ceticismo dos contratadores de mão-de-obra em relação a esses trabalhadores, uma vez que, com eles organizados na cooperativa, a legislação trabalhista eximia os contratantes de responsabilidades nessa área. Por outro lado, os cooperativados, na sua organização, criaram laços concretos perante as instituições oficiais de previdência, o que lhes trouxe também vantagens.

A experiência organizativa desses trabalhadores braçais, em forma de cooperativa, sem dúvida, os recolocou na estrutura de relações sociais (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2006b). Essas relações sociais, entendidas tanto no espaço coletivo de debate criado, quanto perante a ação de seu trabalho em relação aos seus empregadores e à sociedade em geral, bem como a renda obtida com esse trabalho, possibilitou a sua melhor inserção no sistema econômico vigente.

O sistema cooperativo também foi o principal incentivador da produção de leite nas propriedades dos agricultores familiares, protagonizando, inclusive experiências de industrialização do leite através da CCGL – Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda., em 1981. Como resultado desse empreendimento, em Três de Maio foi construída uma indústria de queijo. Andrioli (2001, p. 102) acrescenta que “*Um dos maiores projetos, sem dúvida, de agroindustrialização concretizado foi a criação da CCGL*”.

## CONSIDERANDO

Considerando o movimento cooperativo, a agricultura familiar e o profundo entrelaçamento entre ambos, um constituindo o outro, a partir de necessidades sociais de seus sujeitos protagonistas em seu contexto histórico-

cultural de vivência, pode-se afirmar que o desenvolvimento do movimento cooperativo em Três de Maio se deu num processo de inclusão social para aqueles agricultores familiares que o protagonizam.

Evidencia-se que o rol das cooperativas são eficazes na luta contra a pobreza, na organização da produção e a conseqüente comercialização dos frutos do trabalho dos pequenos, bem como na organização do trabalho dos mesmos. Servem, assim, como instituições em que os agricultores familiares viabilizam sua existência, sua inclusão em uma difícil relação com outros grupos culturais.

O estudo e a descrição do contexto histórico-cultural que efetivamente gestou a cooperação entre as pessoas como base para seus empreendimentos associativos e estes em suas fases específicas, ou seja, a agregação da empresa para dar fluxo as demandas da associação, no desenvolvimento do que se concebe como cooperativa, no município de Três de Maio, no interior do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, atesta a importância do movimento cooperativo, o que é tonificado quando inclui grande número de pessoas, no caso, da pequena agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Trabalho coletivo e educação**: um estudo das práticas cooperativas do PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas – na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001. (Série Dissertações de Mestrado, 9).

ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de. **Eles**: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982.

BENNETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**: uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotrijo – 1957/ 1980. Porto Alegre: FEE, 1982.

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa**: uma leitura de Habermas. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização na agricultura no planalto gaúcho**. Ijuí: Fidene, 1983.

COLE, Michael; SCRIBNER, Sylvia. Introdução. In: VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CONTAG. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, 1999.

COOPERJORNAL. **COTRIMAIO 39 Anos** (Caderno Especial). Três de Maio: COOPERCULTURA, 3/Fev./2007.

\_\_\_\_\_. **COTRIMAIO 40 Anos** (Caderno Especial). Três de Maio: COOPERCULTURA, 2/Fev./2008.

**ENTREVISTAS** realizadas com moradores de Três de Maio para realização de Monografia Final do curso de História por Paulo Alfredo Schönardie. Três de Maio, 2004.

**ENTREVISTAS** realizadas com moradores de Três de Maio para elaboração de Dissertação de Mestrado em Educação nas Ciências por Paulo Alfredo Schönardie. Três de Maio, 2006-2007.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA, 1996.

FAUST, Helmut. **Geschichte der Genossenschaftsbewegung**: Ursprung und Aufbruch der Genossenschaftsbewegung in England, Frankreich und Deutschland sowie ihre weitere Entwicklung im deutschen Sprachraum. 3. ed. Frankfurt am Main: Fritz Knapp Verlag, 1977.

FRANTZ, Walter. Educação e poder na racionalidade da cooperação. In: **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, vol. 38 n. 121, p. 15-40, 2003. (Série Cooperativismo 53).

FRANTZ, Walter. Reflexões sobre cooperativismo. In: FRANTZ, Walter; HILGERT, Vagner; CORRÊA, Ricardo. **A história do cooperativismo de crédito em Panambi**: uma trajetória de 75 anos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

FRANTZ, Walter; SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo. A organização cooperativa como caminho de resistência à exclusão social: limites e possibilidades. In: **El Cooperativismo Latinoamericano: “visión integrada de lo económico y lo social”**. IV Encuentro de Investigadores Latinoamericanos en Cooperativismo. Rosario, Argentina, 2006a.

\_\_\_\_\_. A organização cooperativa como caminho de resistência à exclusão social: limites e possibilidades. In: **ESAC: Economia Solidária e Ação Cooperativa**, São Leopoldo: Unisinos, vol 1, n. 1 (jul/dez), p. 5-12, 2006b.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**. 9. ed. Porto Alegre: WS Editor, 2005.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o Campo Democrático e Popular. Porto Alegre: Tomo Editorial/Camp, 2001.

RAMBO, Arthur Blasio. O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. In: **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, vol. 23, n. 62-63, 1988. (Série Cooperativismo 24-25).

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

REVISTA DO COOPERATIVISMO. A cooperação que faz crescer. In: **Cooperjornal**. Três de Maio: Coopercultura, 7/Jul./2007.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHALLENBERGER, Ernelo; HARTMANN, Hélio Roque. **Nova terra, novos rumos**. Santa Rosa: Barcellos, 1981.

SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo. **O histórico-cultural na constituição do humano**: a presença dos signos representativos do movimento cooperativo em Três de Maio/RS. Dissertação de Mestrado em Educação nas Ciências, Ijuí: Unijuí, 2008. 209p.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manoel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VYGOTSKY, Lev S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.